

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2012, uma arrecadação de R\$ 776,765 milhões (R\$ 656,700 milhões no ano de 2011), que representa um crescimento de 18,28% em relação ao ano anterior. A Mediservice iniciou, ao longo de 2012, a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos, soluções e serviços aos clientes e na geração de resultado.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício de 2012 atingiu R\$ 17,147 milhões (R\$ 10,810 milhões no exercício de 2011), apresentando crescimento de 58,62%.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados nacional e internacional, e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas nesse contexto as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se, trimestralmente, com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas de acordo com a especificidade de cada risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de estar em linha com as melhores práticas de governança corporativa, agindo com equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional. Para isso, possui Comitês que dão suporte ao Órgão da Administração na condução do processo de decisão para cumprimento do direcionamento estratégico, na busca constante de melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como com Códigos de Conduta Ética, disponibilizados a todos os públicos com os quais se relaciona, resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Destaca-se o ELC - *Entity Level Controls*, que se constitui em um conjunto de procedimentos de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance

No exercício de 2012, com base na política corporativa definida, e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas afetadas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam em conformidade.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Mediservice possui o compromisso permanente de prevenir e combater sistematicamente a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção. Atua constantemente para assegurar a conformidade às leis e normas, editadas pelos Órgãos competentes, relativos aos temas, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle.

Diante desse compromisso, em 2012 ocorreu a consolidação e o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, dos controles e dos sistemas utilizados, que são permanentemente reavaliados e dão suporte ao processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Em conformidade com a Lei nº 12.683, de 09.07.2012, que visa tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro e a publicação de novas regras pela SUSEP através da Circular nº 445, de 02.07.2012, realizou-se uma revisão nos normativos internos, materiais de apoio e procedimentos. O assunto também foi enfatizado nos programas de treinamento, objetivando a conscientização e capacitação constante do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude

A Mediservice se mantém vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes de qualquer natureza, assim como em minimizar riscos operacionais, regulatórios e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Ao longo do exercício, priorizou a revisão e a publicação de materiais relativos ao assunto, com vistas a fomentar e estimular a tempestiva capacitação e o constante treinamento dos colaboradores da Companhia, aumentando a eficiência no combate à fraude.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação. Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, da disponibilização de cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos temas, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011
CIRCULANTE		376.827	223.071
Disponível		873	3.351
Realizável		375.954	219.720
Aplicações	4	249.198	136.793
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		125.055	81.106
Contraprestação pecuniária a receber	5	114.828	71.696
Taxa de administração de planos a receber		2.091	799
Operadoras de planos de assistência à saúde		7.058	7.527
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.078	1.084
Créditos tributários e previdenciários	6	1.212	1.465
Bens e títulos a receber		334	216
Despesas antecipadas		155	140
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.764	6.044
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.647	5.889
Créditos tributários e previdenciários	6	3.417	3.312
Depósitos judiciais e fiscais	7	3.230	2.577
Imobilizado	8	99	134
Bens móveis - não hospitalares/não odontológicos		96	131
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicos		3	3
Intangível		18	21
TOTAL DO ATIVO		383.591	229.115

PASSIVO	Nota	2012	2011
CIRCULANTE		128.022	90.611
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	115.881	78.938
Provisão de eventos/sinistros a liquidar		115.881	78.938
Débitos de operações de assistência à saúde	10	1.758	2.678
Tributos e encargos sociais a recolher	11	4.979	3.121
Débitos diversos	12	5.404	5.874
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.464	9.383
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.464	9.383
Provisões judiciais	13	9.464	9.383
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	246.105	129.121
Capital social		204.500	104.500
Reservas de lucros		41.605	24.621
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		383.591	229.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2012	2011
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		776.765	656.700
Contraprestações líquidas		735.695	623.504
Receita com administração de planos de assistência à saúde		41.070	33.196
Eventos indenizáveis líquidos		728.141	617.025
Eventos conhecidos		946.209	849.134
Recuperação de eventos conhecidos		(218.068)	(232.109)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		48.624	39.675
Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde		3.600	2.919
Resultado bruto		45.024	36.756
Despesas de comercialização	17 (a)	-	49
Despesas administrativas	17(b)	24.100	21.071
Outras receitas operacionais		880	782
Outras despesas operacionais	17(c)	(8.658)	(9.773)
Provisão para perdas sobre créditos		(81)	78
Outras		(8.577)	(9.851)
Resultado financeiro líquido	17(d)	13.780	10.664
Receitas financeiras		14.003	11.429
Despesas financeiras		(223)	(765)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		26.926	17.309
Imposto de renda	18	(6.382)	(4.531)
Contribuição social	18	(2.387)	(1.686)
Impostos diferidos	18	105	858
Participações no resultado		(1.115)	(1.140)
Resultado líquido do exercício		17.147	10.810
Quantidade de ações		78.197.262	46.005.708
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,22	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	17.147	10.810
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	17.147	10.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2011	74.500	549	13.365	-	88.414
Aumento de capital:					
AGE de 09/11/2011	30.000	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.810	10.810
Dividendos propostos (R\$ 2,23 por lote de mil ações)	-	-	-	(103)	(103)
Distribuição do lucro líquido	-	-	-	(10.707)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	104.500	1.089	23.532	-	129.121
Aumento de capital:					
AGE de 23/11/2012	100.000	-	-	-	100.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.147	17.147
Dividendos propostos (R\$ 2,08 por lote de mil ações)	-	-	-	(163)	(163)
Distribuição do lucro líquido	-	857	16.127	(16.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	204.500	1.946	39.659	-	246.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

- Contexto operacional**
A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Agência Nacional de Saúde - ANS a operar no exercício da atividade de assessoria, consultoria, planejamento e administração de planos de saúde e de benefícios de terceiros, o processamento de dados pertinentes ao ramo de assistência à saúde em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Ipiranga, nº 210, 11º e 12º andar, São Paulo.
A entidade é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.
As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, controlador final, em 25 de janeiro de 2013.
- Resumo das principais políticas contábeis**
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.
 - Base de preparação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012.
Conforme permitido pela Resolução Normativa RN nº 314, de 23 de novembro de 2012, a Companhia optou por apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto.
 - Base para avaliação e moeda funcional**
A moeda funcional da Companhia é o Real.
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
 - Uso de estimativas e julgamentos**
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações; 6 - Créditos tributários e previdenciários; 9 - Provisões técnicas e 13 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.
 - Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)**
São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

- Aplicações**
A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação e as ações são contabilizadas na data da transação.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento**
Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.
 - Ativos financeiros disponíveis para venda**
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício.
 - Determinação do valor justo**
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, dentro da carteira do fundo de investimento, tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
 - Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- Créditos de operações com planos de assistência à saúde**
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Companhia constitui provisão para riscos de crédito sobre os valores pendentes de recebimento por mais de 60 dias.
- Imobilizado**
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, e máquinas e utensílios.
O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas para os exercícios correntes e comparativos: 10 % a.a. para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% a.a. para equipamentos de informática.

h. Ativos intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment.

Despesas subsequentes com **softwares** são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas

São registradas com base nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base em contrapartida à rubrica "Eventos indenizáveis líquidos".

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possantes não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Empresa é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidas a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas com administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pelo Grupo Bradesco Seguros.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e, portanto, não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

(b) CPC 46 – Mensuração do valor justo

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outros CPCs. Sujeito a exceções limitadas, o CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPCs. A Administração avaliou os impactos da norma e concluiu que não há efeitos relevantes na mensuração do valor justo de seus ativos.

(c) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui benefícios de longo prazo e não há impactos relevantes para os benefícios de curto prazo.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. As atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à realidade do mercado brasileiro.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, imparcialidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum permanente sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento e análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios, avaliados pelas Estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa público como demonstrado no quadro abaixo:

Rating	2012					Total
	AAA	AA	A	BBB	Sem rating	
Valor justo por meio do resultado	247.433	501	983	52	229	249.198
Título de Renda Fixa Privado	4.947	501	983	52	229	6.712
Título de Renda Fixa Público	242.486	-	-	-	-	242.486

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA considerando que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e o aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração do Banco Bradesco.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração do Grupo Bradesco, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio de uma Companhia considerando, ainda, os seus respectivos *hedges*. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Exposições de moedas estrangeiras não são significativas nas operações da Companhia e o risco é acompanhado de forma consolidada com as demais empresas do Grupo Bradesco Seguros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos	53.811	1
Taxa Pre-fixada de 1 ano	10,06%	4,37%
Cupom de IPCA de 1 ano		

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, do cenário provável sobre as posições seriam de pouca relevância, próximo a zero.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Mecanismos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional e consequente abertura e/ou manutenção de rubricas contábeis específicas para os registros, e consolidação gerencial dessas perdas.
- Assegurar o levantamento e tratamento das perdas identificadas mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado securitário e com a dimensão da exposição a riscos do Grupo.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado diariamente e visa assegurar a manutenção de uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

A companhia deve manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades e operações conforme as características e peculiaridades, representadas por níveis adequados de capital em linha com o modelo interno.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2012	%	2011	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	249.198	100,00	136.793	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	249.198	100,00	136.793	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos foram considerados com base no percentual de participação da Companhia nos fundos.

	2012						
	1 a 30 dias ou		Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
	sem vencimento definido	31 a 180 dias					181 a 360 dias
Valor justo por meio do resultado	7.750	58.041	21.513	161.894	249.198	249.163	35
Debêntures - operação compromissada	1	-	-	-	1	1	-
Depósito em garantia especial	-	-	52	52	51	1	-
Quotas de fundos de investimento	115	-	-	-	115	115	-
Letras do tesouro nacional	-	67	-	603	670	631	39
Debêntures	-	-	20	1.242	1.262	1.261	1
Certificados de depósitos bancários	-	201	444	736	1.381	1.381	-
Nota do tesouro nacional - operação compromissada	2.673	-	-	-	2.673	2.673	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	488	3.413	3.901	3.895	6
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	4.961	-	-	-	4.961	4.961	-
Letras financeiras do tesouro	-	57.773	20.561	155.848	234.182	234.194	(12)
Total	7.750	58.041	21.513	161.894	249.198	249.163	35

	2011						
	1 a 30 dias ou		Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor	
	sem vencimento definido	31 a 180 dias					181 a 360 dias
Valor justo por meio do resultado	11.699	45.937	3.956	75.201	136.793	136.763	30
Letras financeiras do tesouro	-	45.826	1.162	71.367	118.355	118.350	5
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	11.276	-	-	-	11.276	11.276	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	2.174	1.817	3.991	3.984	7
Certificados de depósitos bancários	-	111	385	855	1.351	1.351	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	809	809	792	17
Debêntures	-	-	-	280	280	279	1
Debêntures - operação compromissada	-	-	235	-	235	235	-
Notas promissórias	240	-	-	-	240	240	-
Quotas de fundos de investimento	183	-	-	-	183	183	-
Depósito em garantia especial	-	-	-	73	73	73	-
Total	11.699	45.937	3.956	75.201	136.793	136.763	30

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2012	2011
Total das provisões técnicas	115.881	78.938
Títulos de renda fixa - públicos	153.341	87.093
Suficiência	37.460	8.155

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:**

5 Contraprestação pecuniária a receber

a. Contraprestações por faixa de vencimento

	2012	2011
A vencer:		
Até 30 dias.....	106.306	69.748
Total a vencer.....	106.306	69.748
Vencidos:		
Até 30 dias.....	8.048	2.084
De 31 a 120 dias.....	497	20
Acima de 121 dias.....	193	62
Total vencidos.....	8.738	2.166
Provisão para risco de crédito.....	(216)	(218)
Total.....	114.828	71.696

b. Movimentação de contraprestações a receber

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro.....	71.696	45.346
(+) Contraprestações emitidas.....	679.055	567.421
(-) Recebimentos.....	(635.921)	(541.065)
(Constituição)/Reversão de provisão de perda.....	(2)	(6)
Saldo em 31 de dezembro.....	114.828	71.696

6 Créditos tributários e previdenciários

	2012			2011		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Antecipação de IR e CSLL.....	357	-	357	203	-	203
Tributos diferidos (i).....	-	3.417	3.417	-	3.312	3.312
Impostos a compensar.....	855	-	855	1.262	-	1.262
Total.....	1.212	3.417	4.629	1.465	3.312	4.777

(i) Movimentação de tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2011			Saldo em 31/12/2012		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para contingências cíveis.....	2.287	718	(552)	2.453		
Provisão para participação lucros empregados.....	363	387	(363)	387		
Provisão para contingências trabalhistas.....	355	99	(263)	191		
Provisão para riscos de crédito.....	151	621	(594)	178		
Outros.....	156	420	(368)	208		
Total.....	3.312	2.245	(2.140)	3.417		

(ii) Previsão de reavaliação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Saldo em 31/12/2010			Saldo em 31/12/2011		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para riscos de crédito.....	178	974	(1.001)	151		
Provisão para contingências cíveis.....	1.630	1.046	(389)	2.287		
Provisão para contingências trabalhistas.....	245	219	(109)	355		
Provisão para participação lucros empregados.....	343	363	(343)	363		
Outros.....	58	158	(60)	156		
Total.....	2.454	2.760	(1.902)	3.312		

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, monta a R\$3.152.

7 Depósitos judiciais e fiscais

	2012	2011
INSS – contribuição SESC/SENAC.....	1.680	1.610
Imposto de renda.....	914	537
CSLL.....	348	261
Trabalhistas.....	288	147
Sinistros.....	-	22
Total.....	3.230	2.577

8 Imobilizado

	Saldo em 2011	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2012
Bens móveis.....	131	14	(49)	96
Outras imobilizações.....	3	-	-	3
Total.....	134	14	(49)	99

9 Provisões técnicas

	2012	2011
Saldo em 1º janeiro.....	78.938	47.212
Eventos conhecidos.....	728.622	610.069
Eventos pagos.....	(691.679)	(578.343)
Saldo em 31 de dezembro.....	115.881	78.938

10 Débitos de operações de assistência à saúde

	2012	2011
Outros débitos de operações de assistência à saúde:		
Adiantamento de clientes.....	1.758	2.613
Outros débitos diversos.....	-	65
Total.....	1.758	2.678

11 Tributos e encargos sociais a recolher

	2012	2011
Retenção de impostos e contribuições.....	3.525	2.362
Imposto de renda.....	754	317
Contribuição social.....	282	127
Contribuições previdenciárias.....	155	136
FGTS a recolher.....	38	33
ISS.....	225	146
Total.....	4.979	3.121

12 Débitos diversos

	2012	2011
Obrigações com pessoal.....	2.544	1.931
Fornecedores.....	1.110	1.746
Depósito de terceiros (i).....	1.750	2.197
Total.....	5.404	5.874

(i) Aging

	2012	2011
Até 30 dias.....	1.474	1.177
De 31 a 180 dias.....	176	401
De 181 a 360 dias.....	42	328
Superior a 361 dias.....	58	291
Total.....	1.750	2.197

13 Provisões

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados e depositados judicialmente. A principal discussão está detalhada abaixo:

- SESC/SENAC e SEBRAE - Discute a incidência da contribuição social destinada ao custeio do SESC/SENAC e SEBRAE, instituída pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, à alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento da Companhia, sob o argumento de que não se enquadra dentre os contribuintes do tributo. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 monta a R\$ 1.684 (R\$ 1.610 em 2011). Os valores provisionados vêm sendo depositados mensalmente.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

iii. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012.....	1.610	1.047	6.726	9.383
Constituições.....	3	37	2.041	2.081
Reversões.....	(3)	(518)	(1.553)	(2.074)
Atualização monetária.....	74	-	-	74
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	1.684	566	7.214	9.464

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011.....	1.585	722	4.793	7.100
Constituições.....	7	645	3.078	3.730
Reversões.....	(77)	(320)	(1.145)	(1.542)
Atualização monetária.....	95	-	-	95
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	1.610	1.047	6.726	9.383

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 78.197.262 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal (46.005.708 em 2011).

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2012, foi deliberado o aumento de capital em espécie no montante de R\$100.000, com a emissão de 32.191.554 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

e. Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício deduzido a reserva legal.

15 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil.....	246.105
(-) Antecipações de IRPJ e CSLL (nota 6).....	357
(-) Despesas antecipadas.....	155
(-) Intangível.....	18
Patrimônio líquido ajustado.....	245.575
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50% das contraprestações – Últimos 12 meses.....	73.570
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis – Últimos 36 meses.....	102.405
Maior entre (A) e (B).....	102.405
Suficiência.....	143.170

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	2012	2011	2012	2011
Ativo.....	926	3.092	Despesas.....	3.348
Disponibilidades.....	926	3.092	Rateio das despesas administrativas (a).....	1.667
Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	926	3.092	Bradesco Seguros S.A. (Controladora indireta).....	1.667

	2012	2011
Passivo.....	327	103
Obrigações a pagar (a).....	164	-
Bradesco Seguros S.A. (Controlador indireto).....	164	-
Dividendos a pagar.....	163	103
Bradesco Saúde S.A. (Controladora direta).....	163	103
Total (Ativo – Passivo).....	599	2.989

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a sinistros.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 120 para a remuneração dos Administradores.
- Os Administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa do Grupo Bradesco Seguros.

b. Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4 tem como contraparte o Banco Bradesco.

17 Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas de comercialização

	2012	2011
Angariação de clientes.....	-	(49)
Total.....	-	(49)

b. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal próprio.....	(14.402)	(11.981)
Ordenados.....	(9.046)	(7.268)
INSS/FGTS.....	(2.118)	(1.856)
Planos de previdência privada.....	(644)	(480)
Outras.....	(2.594)	(2.377)
Despesas com serviços de terceiros.....	(3.102)	(2.289)
Despesas com localização e funcionamento.....	(5.210)	(4.881)
Despesas com publicações.....	(496)	(474)
Despesas com donativos e contribuições.....	(207)	(39)
Despesas com taxa de saúde suplementar.....	(580)	(467)
Outras.....	(103)	(94)
Total.....	(24.100)	(21.071)

c. Outras despesas operacionais

	2012	2011
Despesas com encargos sociais.....	(7.039)	(6.020)
Materiais diversos.....	(877)	(1.890)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos.....	(81)	78
Provisão para contingências.....	(636)	(1.936)
Outras despesas operacionais diversas.....	(25)	(5)
Total.....	(8.658)	(9.773)

d. Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	13.297	11.203
Atualização monetária de créditos tributários.....	536	116
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	35	71
Outras receitas financeiras.....	135	39
Subtotal.....	14.003	11.429
Despesas financeiras		
Atualização monetária de adiantamento de cliente.....	(124)	(192)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(74)	(95)
Outras despesas financeiras.....	(25)	(478)
Subtotal.....	(223)	(765)
Total.....	13.780	10.664

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício sobre adições temporárias.....	105	858
Subtotal.....	105	858
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(8.769)	(6.217)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(8.664)	(5.359)

18 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Resultado antes de impostos e participações.....	26.926	17.309
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente.....	(9.155)	(5.885)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro.....	379	388
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas ineditáveis.....	(135)	(23)
Outros.....	247	161
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(8.664)	(5.359)
Alíquota efetiva.....	32,17%	30,96%

19 Informações complementares

a. Relatório do comitê de auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 06 de fevereiro de 2013, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Diretor-Presidente	Manoel Antonio Peres	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Mauro Silvério Figueiredo	Diretor	Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP
Enrique Adan Y Coello	Diretor	Sérgio Azórv Galvão	Diretor	
Flávio Bitter	Diretor	Tarcísio José Massote de Godoy	Diretor	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor			
Jackson Fujii	Diretor			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da